

Trajetórias futuras para os BRICS?

ACHIN VANAİK

Qual o potencial do grupo BRICS e quais são suas perspectivas para o futuro? Eles podem realmente emergir como uma coletividade que rejeitará a atual ordem neoliberal e buscará promover uma forma social mais assistencialista de desenvolvimento capitalista capaz, pelo menos, de desencadear uma dinâmica mais favorável à manifestação de forças políticas e sociais mais progressistas, cujas pressões vindas de baixo podem levar a uma direção mais radicalmente anticapitalista? Eles realmente desafiarão a atual ordem mundial, onde o comportamento imperialista estadunidense continua a ser fortemente, algumas vezes definitivamente, influente na determinação do curso dos eventos? Ou estes governos estão seguindo as elites cuja principal preocupação é o estabelecimento de um sistema mais cooperativo de administração global de uma ordem mundial capitalista, na qual suas vozes serão ouvidas com mais seriedade e suas próprias colocações na hierarquia global das elites se elevem de maneira muito mais significativa?

Neste sentido, existem duas visões diferentes. Uma, tem sido marcada pelo considerável entusiasmo sobre seu potencial. A própria ocorrência de encontros regulares com um “consenso crescente” é vista como um bom sinal para o futuro do grupo e sua habilidade de reformular as instituições e práticas da governança global. O fato de que o G-7 tenha dado origem ao G-8, que, por sua vez, originou o G-20 (incorporando os países do BRICS, bem como outras economias emergentes) como o principal grupo internacional dedicado a conduzir a economia mundial, é tido como um testemunho da crescente relevância das potências

ACHIN VANAİK

Professor do Departamento
de Ciências Políticas da
Universidade de Delhi.
achin.vanaik@gmail.com

ARTIGO ORIGINALMENTE
PUBLICADO EM INGLÊS NO SITE
<[HTTP://WWW.PAMBAZUKA.ORG](http://www.pambazuka.org)>,
EM MARÇO DE 2013.

emergentes em geral e dos BRICS em particular. Outros, contudo, são mais céticos. Estes vêem os países do BRICS não tanto como grandes reformadores da atual ordem global neoliberal, mas como novos membros incluídos alegremente em um “comitê de direção mundial” hierárquico, já que eles também vão jogar sob as ordens básicas já estabelecidas.

Os BRICS podem representar 42% da população, 18% do PIB, 15% do comércio e 40% da reserva de moedas mundiais (Geralmente se ignora o fato de que os Estados que compõem o Conselho de Cooperação do Golfo – CCG, quais sejam, Omã, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Qatar, Kuwait e Arábia Saudita, os quais são politicamente subordinados aos Estados Unidos e mais submissos às suas necessidades econômicas, têm, no total, mais reservas de dólar – oficial, fundos soberanos e outros fundos governamentais – do que a China).

A maior importância dos BRICS está no fato de que eles respondem por mais da metade da taxa de crescimento do PIB mundial. No entanto, não há nenhuma indicação de que esteja por surgir um desafio real à ordem neoliberal e nenhum interesse em promover uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) do tipo já discutido pelo Movimento dos Países Não Alinhados (MPNA) durante a década de 1970. Na verdade, nem o Brasil – que tem *status* de observador no MPNA – nem a China – que se transformou em observador em 1992 – mostraram interesse em se tornarem membros plenos do MPNA ou em revigorá-lo como um mecanismo para a transformação da governança global. Seja fazendo parte do G-20 ou como aspirantes a um *status* permanente no Conselho de Segurança da ONU para aqueles que ainda não são membros permanentes, ou exercendo um papel mais importante na tomada de decisões da Sala Verde da Organização Mundial do Comércio, as potências emergentes têm demonstrado mais interesse em se juntar ao “clube dos adultos”. Eles usam sua participação no G-7 e em grandes grupos similares para se projetar como representantes dos interesses da maioria dos países pobres em desenvolvimento, ou, ainda melhor, para aumentar sua vantagem na realização dos seus interesses nacionais em negociações dentro deste “clube”. Este é um tipo de ato de equilíbrio, mas não é um ato cujo objetivo

primordial seja fortalecer o Sul como um todo ou priorizar os interesses dos países mais pobres e vulneráveis do Sul.

A realidade é que uma incompatibilidade político-econômica, mais do que organizacional, limita a capacidade do coletivo de funcionar como uma nova força poderosa e inovadora na esfera da política e governança globais. Os sul-africanos super-ricos, majoritariamente brancos, colocam boa parte da sua riqueza e investimentos na Europa e na Austrália, criando um equilíbrio doméstico no problema dos pagamentos, por causa da repatriação de lucros e dividendos para companhias-parceiras sediadas no exterior. Por conta desta poderosa força de elite, até 2013, quando ela quebrou, a África do Sul garantiu um rand (moeda oficial do país) forte, ao contrário dos outros quatro, que não têm nem metade deste compromisso em manter o real (brasileiro), o rublo (russo), o renmimbi (chinês) ou a rúpia (indiana) fortes.

De acordo com a demografia (50 milhões de pessoas) e PIB total, a AS pode não estar no mesmo grupo que os outros quatro, ou mesmo não ser tão significante quanto o México, a Coreia do Sul e a Turquia, mas é, de longe, o maior investidor da África, fazendo parecerem minúsculos os investimentos dos Estados Unidos, União Europeia, China, Índia e Brasil e, sozinha, é responsável por 40% de todos os investimentos africanos e 80% de todos os investimentos no Conselho de Desenvolvimento da África Austral (SADC). No caso da política externa, a AS é mais favorável do que os outros à política externa estadunidense, exceto na Palestina. A Índia está buscando relações ainda mais próximas com os EUA, a despeito de alguns contratemplos e de fazer parte das políticas de contenção da China para com os EUA. O Brasil está dando mais atenção às suas atividades econômicas intracontinentais, bem como mostrando mais independência em relação a Washington no tocante à sua política externa. Contudo, fora da AL, esta é mais uma maneira de mostrar maior autoconfiança como potência emergente do que uma busca ativa de estabelecer entraves sérios no funcionamento da política externa dos EUA. A Rússia e a China, no entanto, são muito mais afetadas do que os outros três pelo comportamento dos EUA no âmbito global, logo, buscando maior cooperação político-econômica.

No grupo dos BRICS, o Brasil e a África do Sul estão entre as sociedades mais desiguais do mundo, enquanto o coeficiente de Gini da China tem crescido regularmente, bem como o da Rússia, e o da China (calculado de acordo com suas próprias pesquisas de consumo e não conforme dados de rendimentos mais confiáveis) é fortemente reconhecido como seriamente subestimado. Em todo caso, as crescentes desigualdades de salário e riquezas têm sido características do padrão distorcido de crescimento da Índia nas últimas cinco décadas, acelerando-se depois das reformas neoliberais de 1991.

É uma dura surpresa que o número de milionários e bilionários (em dólar) esteja crescendo rapidamente no Sul. Para piorar as coisas, o Brasil, a China e a Índia são grandes apropriadores de terras na África, e a própria AS está envolvida em tais atividades. Eis ao que se resumiu o “combate” dos BRICS contra a exploração do Norte sobre a África. A parcela dos BRICS nas reservas e fluxos de investimentos estrangeiros diretos (IED) alcançou 14% e 25%, respectivamente, em 2010. Este movimento deve ser reforçado no futuro.

Atualmente os membros dos BRICS, com exceção da Rússia, têm maior proporção de jovens do que os países avançados, mas, em 2050, as projeções são de que esta diferença irá desaparecer ou, no caso da AS e Índia, diminuir muito. No entanto, isto significa que entre agora e 2050 o rápido e crescente número anual de ingressantes no mercado de trabalho nacional se mostrará como um benefício econômico? Não necessariamente. Na verdade, há razões para se preocupar com as performances futuras. Os níveis de rendimento *per capita* dos BRICS e de algumas outras “potências emergentes”, como a Indonésia, estão atrás dos níveis dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Coreia do Sul, o México e a Turquia se juntaram ao clube da OCDE. Na verdade, simplesmente não é ecológica – ou materialmente possível (em termos de recursos e uso de energia) que os níveis *per capita* mesmo dos BRICS e outros países “bem-sucedidos” cheguem sequer perto dos níveis *per capita* médios dos países mais prósperos do OCDE, de acordo com a mensuração pelas atuais taxas de intercâmbio internacional, que proporcionam

uma imagem mais verdadeira do poder de aquisição global do que as taxas de Paridade do Poder de Compra (PPC).

Isto significa que os números *per capita* são médias que escondem enormes desigualdades, que seus níveis relativamente baixos sugerem no futuro a persistência do descontentamento das massas e do empobrecimento em um planeta onde a revolução das comunicações tornou possível que os pobres do mundo percebam o quão desprovidos eles estão, a despeito da existência de grandes riquezas em suas próprias sociedades. Foram as insatisfações comparativas mais do que os níveis absolutos de privação econômica que ajudaram a minar de maneira inexorável o sistema soviético. No Sul, tanto a privação relativa quanto a miséria absoluta provavelmente persistirão amplamente, fazendo com que as possibilidades de uma cooperação intra-Sul sejam ainda mais difíceis, bem como permaneçam sendo um berço para a explosão da ira contra as elites dominantes – tenham-se como exemplos as recentes “Revoluções Árabes”.

O padrão histórico da industrialização capitalista no Ocidente e no Japão foi acompanhado pelo tipo de urbanização e geração de emprego que levou ao declínio da população rural e do campesinato, a um ponto em que eles constituem atualmente, no máximo, entre 2 e 8% do total da população dos países avançados. Para países como o Brasil, a Índia, a China e o México, a população rural é hoje a maioria. A seu tempo, esta população pode se tornar uma minoria, mas uma minoria significativa, em proporções bem maiores do que as prevaletentes nos países industrializados já mencionados.

Mesmo nesses países do Sul onde a urbanização tem sido proporcionalmente maior do que nos quatro países ora mencionados, o que tem emergido e que deve continuar, senão se aprofundar, é o surgimento de um setor informal composto por uma grande parte de uma população urbana favelada, esta mesma, em claro crescimento. A revolução das tecnologias da informação e comunicação tem sido um grande fator na redução da elasticidade na criação de empregos em âmbito mundial. A crescente intensidade do capital, mesmo na agricultura, significa maiores níveis de desemprego em todos os lugares e também maiores níveis de

baixa produtividade – baixo salário em termos mundiais, maior carga horária, mais insegurança nos empregos e, assim, uma maior proporção de trabalhadores pobres.

A história do desenvolvimento de uma força trabalhadora sindicalizada e organizada na Europa Ocidental como acompanhamento do seu padrão particular de modernização capitalista, e mesmo os níveis mais baixos desta organização das forças trabalhadoras na América do Norte e no Japão são improváveis de serem repetidas pelos BRICS, muito menos por qualquer lugar do Sul. As condições objetivas para maiores agitações trabalhistas nesta parte do mundo estão sendo postas. Organizações de base em favelas e em comunidades locais, mais do que simplesmente nos espaços de trabalho, se tornarão mais representativas e terão mais necessidade de assumir uma diversidade de questões como raça, etnia, gênero, diferenças de habilidades, etc., de modo a gerar formas mais compostas de unidades de ação. Enquanto as lutas urbanas pelo “direito à cidade”, i.e., pelo direito de organizar as vidas da maioria dos residentes urbanos de forma a promover uma cooperação e controle significantes acerca da convivência diária, se tornarão cada vez mais importantes, dada a persistência da população camponesa na maior parte do Sul, a terra e a “questão agrária” também permanecerão como questões de grande relevância.

Assim, é difícil ver apenas o que os países do grupo BRICS podem apontar econômica, política, cultural e estrategicamente – como o tipo de liga que poderia fazer do coletivo uma força unificada e poderosa para causar mudanças em âmbito mundial. O mais que se pode dizer talvez seja que um sério enfraquecimento da hegemonia global e da influência estadunidense levaria a uma ascensão – por definição, mais do que qualquer outra coisa – da importância dos BRICS como uma unidade coletiva.

Tradução: Camila Alves da Costa